



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
QUARTA CÂMARA CÍVEL

## **ACÓRDÃO**

**Embargos de Declaração nº 0049004-72.2013.815.2001**

**Origem** : 3ª Vara Cível da Comarca da Capital

**Relator** : Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

**Embargante** : Antônio Fernandes da Silva Filho

**Advogadas** : Luciana Ribeiro Fernandes - OAB/PB nº 14.574 e Renata Alves de Sousa - OAB/PB nº 18.882

**Embargado** : Banco Bradesco Financiamentos S/A

**Advogado** : Wilson Sales Belchior – OAB/PB nº 17.314-A

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INCONFORMISMO. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. MANEJO DE ACLARATÓRIOS. REDISCUSSÃO. VIA INAPROPRIADA. RECLAMO SUBMETIDO ÀS HIPÓTESES DO ART. 1.022, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REJEIÇÃO.**

- Os embargos de declaração têm cabimento apenas nos casos de obscuridade, contradição ou omissão, ou, ainda, para corrigir erro material, não se prestando ao reexame do julgado e não existindo

quaisquer das hipóteses justificadoras do expediente, impõe-se a sua rejeição.

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos.

**ACORDA** a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

**Antônio Fernandes da Silva Filho** interpôs o vertente **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, fls. 320/323, combatendo o acórdão de fls. 314/318, que, por votação unânime, decidiu o recurso manejado pelo **Banco Bradesco Financiamentos S/A**, nos seguintes termos:

Ante o exposto, **CONHEÇO PARCIALMENTE O RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO**, tão apenas para condenar o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com arrimo no art. 85, § 2º e § 8º, do Novo Código de Processo Civil, observada a condição suspensiva de exigibilidade desses valores, em face da gratuidade de justiça de que goza o vencido, nos moldes do art. 98, § 3º, da legislação processual civil.

Em suas razões, o recorrente pugna pela revisão do contrato de financiamento, e consequente exclusão da capitalização mensal de juros sobre as parcelas do negócio jurídico, e a repetição de indébito na forma dobrada.

Desnecessária a intimação do embargado.

**É o RELATÓRIO.**

# VOTO

De logo, é oportuno registrar que, nos moldes dos incisos I, II e III, do art. 1.022, do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração somente são cabíveis para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz, de ofício ou a requerimento, devia se pronunciar, ou, ainda, para corrigir erro material.

Os embargos de declaração prestam-se a viabilizar, dentro da mesma relação processual, a impugnação de qualquer decisão judicial eivada de obscuridade, contradição ou omissão, não se revestindo, portanto, de características de revisão total do julgado, como só acontece com os apelos cíveis.

Nesse viés, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento remansoso no sentido de inadmitir embargos de declaração que se proponham a rediscutir a matéria contrária aos interesses do embargante:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PROPÓSITO MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA RECURSAL ELEITA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE EXAME. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Depreende-se do [artigo 1.022](#) do Novo CPC, que os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, erro material ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do referido diploma legal, que configurariam a carência de fundamentação válida. 2. No presente caso, verifica-se a ausência dos vícios previstos no [art. 1.022](#) do Novo CPC, revelando, em

**verdade, mero inconformismo da parte embargante. Verifica-se, assim, o nítido propósito de rediscutir a decisão e para tanto não se presta a via eleita.** 3. "Ao STJ não é permitido interferir na competência do STF, sequer para prequestionar questão constitucional suscitada em sede de embargos de declaração, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Constituição" (EDcl no AgRg no AREsp 305.582/DF, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrigli, DJe 13.06.2013). 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no Recurso Especial nº 1.272.750/PE (2011/0196170-0), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. DJe 28.08.2017). - negritei.

E,

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PROPÓSITO MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA RECURSAL ELEITA. 1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão embargada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o Juízo, o que não ocorre no presente caso.** [Art. 1.022](#) do NCPC. 2. Verifica-se o nítido propósito de rediscutir a decisão e para tanto não se presta a via eleita, estando evidente o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt nos EDcl no AgInt no Agravo em

Recurso Especial nº 1.003.007/SC (2016/0277278-0), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. DJe 04.09.2017) – destaquei.

No mesmo caminhar, aresto deste Sodalício:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS NÃO APONTADOS. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE TODOS OS ARTIGOS VENTILADOS PELAS PARTES. ENTENDIMENTO PACÍFICO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INADEQUAÇÃO DOS EMBARGOS AOS REQUISITOS DO [ART. 1.022](#) DO CPC/2015. REJEIÇÃO. 1. Verifica-se que o embargante não apontou quais seriam os vícios da decisão, evidenciando que a sua real pretensão seria a rediscussão do mérito, objetivo inadequado à via recursal eleita, que se restringe às hipóteses do [art. 1.022](#) do CPC/2015. 2. Noutro ponto, o julgador não está obrigado a examinar todos os artigos suscitados pelas partes, podendo se ater, tão somente, aos que forem suficientes para a fundamentação da sua decisão. Recurso rejeitado. (Embargos nº 0048759-13.2003.815.2001, 3ª Câmara Cível do TJPB, Rel. José Aurélio da Cruz. DJe 13.07.2016).

No caso dos autos, analisando as sublevações do reclamo, percebe-se que o insurgente, de maneira infundada, lançou mão dos presentes embargos, requerendo a revisão do contrato de financiamento, e

consequente exclusão da capitalização mensal de juros sobre as parcelas do negócio jurídico.

Inadequada, como visto, a via eleita, eis que não indicou o embargante quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022, do Novo Código de Processo Civil, almejando, tão apenas, a alteração do resultado do julgamento, inadmissível na via estreita dos embargos de declaração.

Logo, inexistente os pressupostos justificadores dos embargos de declaração, não há como acolher o recurso apresentado.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É o **VOTO.**

Presidiu o julgamento, o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho (Relator). Participaram, ainda, os Desembargadores Romero Marcelo da Fonseca Oliveira e João Alves da Silva.

Presente a Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público.

Sala das Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 31 de outubro de 2017 - data do julgamento.

**Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Desembargador**  
**Relator**